

REVISTA ELETRÔNICA

DOCUMENTO MONUMENTO



ISSN: 2176-5804 - Vol. 37 - N. 1 - Dez/2024

Obras Raras
HEMEROTECA DIGITAL
ACERVOS Mato Grosso
Equipe Profissional IGHD
Preservação de Documentos
História Regional identidade
Acesso à Informação
NDIHR UFMT
Educação
ELIZABETH MADUREIRA
PROJETOS Fontes Históricas
PESQUISA Acervo Fotográfico Ensino
Revista Eletrônica memória
PESSOAS
Extensão



 UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO

INSTITUTO DE GEOGRAFIA, HISTÓRIA E
DOCUMENTAÇÃO - IGHD

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

www.ufmt.br/ndihr/revista

EDUCAÇÃO E HISTÓRIA: UMA PROPOSTA DE REAVALIAÇÃO SOBRE A “MARCHA PARA O OESTE” NO BRASIL



REDM
ISSN: 2176-5804

Maria Arlinda da Silva

Doutora em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
Professora da Educação Básica do Estado de Mato Grosso (SEDUC) e do Centro Universitário Invest (UNIVEST)
mariaarlinda@gmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta uma prática pedagógica baseada em uma tese de doutorado que analisa a “Marcha para o Oeste” no Brasil, um processo de colonização iniciado na década de 1940 sob o governo de Getúlio Vargas e retomado nos anos 1970 durante os governos militares. A pesquisa foca nos impactos dessas políticas na Amazônia Legal, especialmente em Mato Grosso, e nas consequências para a reocupação territorial da região. O estudo revela lacunas significativas no material didático do 3º ano do Ensino Médio, que aborda a “Marcha para o Oeste” dos EUA no século XIX, sem correlacioná-la à história brasileira. O artigo propõe uma reavaliação do conteúdo educacional para melhor refletir as conexões entre os movimentos de colonização. A metodologia inclui leituras sobre o tema, visualização de imagens e vídeos, e a identificação da “Amazônia Legal” como espaço de recentíssima colonização. O projeto foi desenvolvido nas aulas de História de turmas do 1º e 3º anos entre 17 e 20 de abril de 2023, utilizando duas aulas por turma, em sete etapas. Como resultado, observou-se que a Marcha para o Oeste no Brasil foi influenciada pela experiência dos EUA, e que Mato Grosso passou por mudanças significativas e formação de numerosas cidades a partir desse processo.

Palavras-chave: Marcha para o Oeste. Colonização. Mato Grosso.

ABSTRACT

This article presents a pedagogical practice based on a doctoral thesis that analyzes the "March to the West" in Brazil, a colonization process initiated in the 1940s under Getúlio Vargas and resumed in the 1970s during the military governments. The research focuses on the impacts of these policies in the Legal Amazon, especially in Mato Grosso, and the consequences for the territorial reoccupation of the region. The study reveals significant gaps in the educational material for the 3rd year of high school, which addresses the "March to the West" in the U.S.A. in the 19th century without correlating it to Brazilian history. The article proposes a reevaluation of educational content to better reflect the connections between the colonization movements. The methodology includes readings on the theme, visualization of images and videos, and the identification of the "Legal Amazon" as a site of recent colonization. The project was developed in History classes for 1st and 3rd-year students from April 17 to 20, 2023, using two lessons per class, in seven stages. As a result, it was observed that the March to the West in Brazil was influenced by the U.S.A. experience, and that Mato Grosso underwent significant changes and the formation of numerous cities as a result of this process.

Keywords: March to the West. Colonization. Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

O ensino de História no Brasil enfrenta desafios contínuos em relação à atualização e contextualização dos conteúdos didáticos, especialmente no Ensino Médio. É fundamental que os materiais didáticos promovam uma compreensão crítica e comparativa dos eventos históricos, capacitando os estudantes a interpretar a história de forma ampla e interconectada.

Este artigo visa abordar essas necessidades, apresentando uma prática pedagógica desenvolvida a partir de uma tese de doutorado em História. O foco é auxiliar no preenchimento de lacunas presentes no material didático do 3º ano do Ensino Médio, estabelecendo conexões entre a “Marcha para o Oeste” nos Estados Unidos no século XIX e a história brasileira, bem como a influência desse movimento na nossa realidade.

O presente trabalho é fruto de um projeto de intervenção exigido pela Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso, conforme estabelecido no artigo 8º da Instrução Normativa 002/2022/GS/SEDUC/MT, publicada no Diário Oficial de 25 de fevereiro de 2022. Essa exigência surgiu no contexto do meu retorno como professora da Educação Básica, após uma Licença para Qualificação Profissional durante o curso de Doutorado em História na Universidade Federal de Mato Grosso, realizado de março de 2018 a dezembro de 2022.

De acordo com as orientações da Instrução Normativa mencionada, o projeto de intervenção deveria ser desenvolvido a partir de uma problemática identificada na escola, vinculada à pesquisa de doutorado. Identificou-se, assim, uma lacuna no material estruturado (material didático) ao tratar da “Marcha para o Oeste” nos Estados Unidos no século XIX, sem incluir elementos que relacionassem esse evento com a “Marcha para o Oeste” ocorrida na história do Brasil no século XX.

Minha pesquisa de doutorado, intitulada “O projeto Terranova: entre o ideal e a prática no processo de colonização recente em Mato Grosso nas décadas de 1970 e 1980”, explorou temas relacionados à “Marcha para o Oeste” no Brasil durante a década de 1940, sob o governo de Getúlio Vargas, e sua retomada durante os governos militares na década de 1970. Esses movimentos resultaram em projetos de colonização recentes, com foco na Amazônia Legal, onde o Estado de Mato Grosso teve papel central. Essa abordagem foi necessária para estabelecer a conexão entre esses dois momentos históricos do século XX no Brasil e a “Marcha para o Oeste” nos Estados Unidos no século XIX. Embora o material didático mencionado abordasse a temática, não explorava as possíveis relações entre as histórias dos Estados Unidos e do Brasil.

Para responder à problemática identificada e realizar essa conexão, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Explorar a “Marcha para o Oeste” como um movimento de expansão territorial nos Estados Unidos no século XIX;
- Identificar a “Marcha para o Oeste” no Brasil no século XX, durante os governos de Getúlio Vargas na década de 1940 e os governos militares na década de 1970;
- Comparar as semelhanças e diferenças entre a “Marcha para o Oeste” nos Estados Unidos no século XIX e no Brasil no século XX;

- Analisar a “Marcha para o Oeste” no Brasil como uma estratégia estatal para desmobilizar movimentos sociais que reivindicavam reforma agrária e melhores condições de vida para as populações rurais e urbanas;
- Investigar os grupos sociais que habitavam as regiões amazônicas antes do processo de colonização recente, como indígenas, posseiros e garimpeiros;
- Identificar as áreas escolhidas no Brasil para a implementação da “Marcha para o Oeste” e reocupação¹ no século XX, especialmente a região conhecida como Amazônia Legal;
- Examinar os projetos de colonização recentes no Brasil (século XX) como resultado da “Marcha para o Oeste” e seu impacto na formação de inúmeras cidades na Amazônia Legal, com foco no Estado de Mato Grosso.

Ao estabelecer conexões entre esses eventos e a história brasileira, o estudo visa demonstrar como ideias e práticas originárias de contextos distintos podem influenciar diferentes realidades. A influência da “Marcha para o Oeste” na construção de identidades e políticas expansionistas, tanto nos EUA quanto no Brasil, oferece uma oportunidade rica para um ensino mais contextualizado e reflexivo.

Este artigo, portanto, tem como objetivo principal apresentar e discutir as práticas pedagógicas desenvolvidas para abordar esse tema, oferecendo uma perspectiva comparativa e crítica que enriquece o conteúdo didático disponível. Através da análise dos materiais produzidos e das metodologias empregadas, pretende-se fornecer uma ferramenta valiosa para educadores que buscam uma abordagem mais integrada e crítica no ensino de História.

A estrutura do artigo é a seguinte: inicialmente, revisão da literatura sobre a “Marcha para o Oeste” nos Estados Unidos (conforme abordado no material didático) e suas implicações históricas; em seguida, detalhamento das práticas pedagógicas desenvolvidas e os materiais didáticos elaborados; finalmente, discussão e aplicação desses materiais em sala de aula e suas possíveis contribuições para o ensino de História no Brasil.

METODOLOGIA

¹ Usaremos aqui o conceito de reocupação com base no referencial teórico JOANONI NETO, Vitale e GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. A Amazônia e a política de Integração Nacional: o discurso da modernização entre o passado e o presente. *Diálogos Latinoamericanos*, v. 26, p. 144-156, 2017, que nos traz a discussão sobre a Amazônia, mesmo com um contingente populacional pequeno em relação ao espaço, já estava ocupado nas décadas de 1940, 1960 e 1970, por diversos grupos sociais como indígenas, garimpeiros, posseiros, entre outros. Nesse espaço temporal foi criado incentivo para direcionar a migração de agentes históricos de diferentes regiões do Brasil para a Amazônia. Em especial região Sul e Sudeste e região Nordeste. Isso para ressaltar que os respectivos governos das décadas supracitadas, Getúlio Vargas e Governos Militares, que se referiam a essa região como “espaços vazios”, desconsiderando os povos que lá estavam.

A metodologia se propôs a leituras de textos sobre as temáticas propostas, visualização de imagens como fotos, mapas e vídeos sobre a “Marcha para o Oeste” em diferentes tempos e espaços, identificação da “Amazônia Legal” como palco colonização recente/reocupação.

O projeto foi desenvolvido nas aulas de História entre os dias 17 a 20 de abril de 2023, com turmas dos 1º anos A, B, C, D e 3º anos A, B, C, D, E, F, utilizando duas aulas por turma.

O desenvolvimento do projeto de intervenção se deu em sete etapas: **1)** 1ª Etapa: Em sala de aula foi apontada por meio de mapas a localização dos Estados Unidos da América e sua “Marcha para o Oeste”, como expansão territorial no século XIX; **2)** 2ª Etapa: Apresentação de mapa do espaço denominado Amazônia Legal, como palco da “Marcha para o Oeste” no Brasil no século XX nos governos de Getúlio Vargas e Governo Militares; **3)** 3ª Etapa: apresentação de vídeos sobre diferentes projetos de colonização na região Amazônia. (Amazônia Revelada: Os descaminhos ao longo da BR-163 e Os homens do Presidente); **4)** 4ª Etapa: Foi apontada a organização espacial no norte de Mato Grosso a partir da BR-163 e Projetos de colonização; **5)** 5ª Etapa: Apresentação de diferentes Programas e funções do Governo Federal na década de 1970 como incentivo para promover a reocupação da Amazônia Legal; **6)** 6ª Etapa: Apresentação de imagem de indígenas Kreen-akarôre pedindo esmola na BR-163 (1973), resultado de uma política de colonização que desconsiderou os povos indígenas locais; **7)** 7ª Etapa: Apresentação de mapas de Mato Grosso e suas transformações ao longo das décadas de 1970, 1980 e início de 1990.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No século XIX os Estados Unidos da América deram início a uma política de expansão territorial. O governo estadunidense negociou territórios, como foi o caso da Flórida, vendida pelos Espanhóis e estimulou a ocupação de terras a oeste, em direção ao oceano Pacífico, reconhecendo a posse das terras conquistadas para aqueles que se aventurassem em áreas desconhecidas e se tornassem produtivas, por meio da lei *Homestead Act* (1862) o movimento ficou conhecido como *Marcha para o Oeste*.² Tal processo de ocupação contínuo no momento foi defendido pela expressão norte-americana de *Fronteira em Movimento*. Para Turner, (Knauss, 2004) a *frontier* seria constituída da dita *terra livre* em processo de *ocupação* ou *colonização*, de modo que o autor argumentava que a constante interação com a fronteira criou uma sociedade democrática, individualista e inovadora nos Estados Unidos. Para Turner, a fronteira representava uma terra livre onde os americanos podiam recomeçar e um espaço de oportunidades e criação de uma sociedade mais igualitária.

² Nos Estados Unidos esse processo foi fundamental para dizimação dos contingentes populacionais Indígenas. E construção no Imaginário popular dessas populações como selvagens ou peles vermelhas, muito explorada pelo cinema Hollywoodiano. Ver: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62561278>. Acesso em 10/03/2023.

Diferentemente de Turner, (Musumeci, 1988), problematiza a ideia de que a fronteira é uma força unilateralmente benéfica ou simplificadora. Ela explora como as fronteiras (especialmente na América Latina) são arenas de conflito, exclusão e complexidade social. Em vez de um espaço de liberdade, as fronteiras são marcadas pela violência, disputas territoriais e marginalização de populações indígenas e locais. Musumeci, foca em como as identidades locais e regionais são moldadas por uma complexa teia de relações sociais, econômicas e culturais, muitas vezes ignoradas na tese de Turner, que se concentra mais no contexto anglo-americano. Nesse sentido, a autora pressupõe que a fronteira passa a ser “essencialmente, uma estrutura social dinâmica e relativamente ‘em aberto’ associada à ocorrência de movimentos de ocupação ou reocupação de terras” (Musumeci, 1988, p.65), processo colonizador que custou a vida de milhões de indígenas.

Sob essa perspectiva estadunidense, o presidente do Brasil, Getúlio Vargas, na década de 1940, implementou a *Marcha para o Oeste*, respaldada na obra de mesmo nome do intelectual Cassiano Ricardo (Ricardo, 1970). O autor defendia a ideia de exaltação da figura do bandeirante como herói nacional, capaz de efetivar a formação de uma identidade nacional, avançando para o interior do Brasil. O bandeirantismo, na concepção de Ricardo, revestia-se do espírito civilizatório, levando a tecnologia e o desenvolvimento econômico às regiões amazônicas e promovendo a construção de uma grande nação, que se daria, sobretudo, sob o comando de um líder forte, o *chefe das bandeiras*. No caso, o Presidente da República, Getúlio Vargas.

A partir de 1964, o Governo Militar retomou a proposta da *Marcha para o Oeste* iniciada por Getúlio Vargas, intensificando o projeto de reocupação da Amazônia Legal³ por meio de grandes projetos de colonização implantados na região Centro-Oeste e na Amazônia, em sua maioria, por empresas privadas. Para viabilizar o avanço da *fronteira agrícola*,⁴ o Governo Federal construiu rodovias federais e criou programas de crédito e incentivos fiscais oferecidos às empresas que desenvolvessem projetos agropecuários, minerais, madeireiros e de colonização na Amazônia.

³ Em 1953, por meio da Lei 1.806, de 06.01.1953, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), foram incorporados à Amazônia Brasileira: o Estado do Maranhão (oeste do meridiano 44°), o Estado de Goiás (norte do paralelo 13° de latitude sul atualmente Estado de Tocantins) e Mato Grosso (norte do paralelo 16ª latitude Sul). A partir desse dispositivo legal (Lei 1.806/53), a Amazônia brasileira passou a ser chamada de “Amazônia Legal”

⁴ Denomina-se fronteira agrícola uma área ocupada do ponto de vista do capital, entendida como uma relação social de produção. Portanto, a fronteira agrícola, não se refere a uma área estática, mas que se movimenta conforme o interesse do capital. Na década 1970 a Amazônia Legal foi eleita como fronteira agrícola. Ou seja, esta região serviria para a expansão da agricultura brasileira, sob o discurso oficial de que eram “espaços vazios” e, portanto, funcionaria como regulador da intensificação da agricultura, condicionando assim o seu desenvolvimento extensivo/intensivo. A concepção de fronteira agrícola de Graziano de Silva é uma parte do que ocorreu ao longo do processo de expansão da fronteira no Brasil, tendo como protagonistas os agentes históricos ligados ao Capital. GRAZIANO DA SILVA, José. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: ed. 1982. Cap. 06. Logo, fronteira agrícola pode ser alinhada e inserida à concepção mais ampla de fronteira de Martins, uma vez que se fez a partir de ações desses agentes sociais que entram em contato e em conflitos com outros. MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009, p. 132.

A integração física seria concretizada através da construção das rodovias Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco, Belém-Brasília, Transamazônica, Cuiabá-Santarém e Porto Velho-Manaus, que interligaram a Amazônia às outras regiões do Brasil. O projeto de integração nacional foi fundamental para a compreensão do lugar que Mato Grosso ocupou no processo de expansão das fronteiras agrícolas, sobretudo com a construção da rodovia BR-163 interligando Cuiabá, em Mato Grosso e Santarém no Pará.

Nessa perspectiva, os espaços amazônicos, palco da reocupação, foram tratados como *espaços vazios* ou *vazios demográficos*, tanto no governo varguista quanto no governo dos militares, desconsiderando os povos que lá já habitavam. Invisibilizar os povos indígenas e outros povos tradicionais da história também era um elemento importante para incentivar diferentes agentes históricos a migrarem em direção à região amazônica. Seria colocado no imaginário do migrante que ele não teria que disputar pela terra. Bastaria ter a coragem para desbravar a selva como os bandeirantes de outrora o fizeram e teriam o direito à terra. Atualmente, só no estado de Mato Grosso residem 43 povos indígenas.⁵ Apesar dessa falsa argumentação de *vazio demográfico*, havia diferentes agentes históricos nesse espaço, sobretudo aqueles pertencentes a povos indígenas, segundo Delgado *et al.* (2022, p.27). Portanto, o território mato-grossense foi construído historicamente sobre diferentes territórios indígenas, o que resultou em um total de 141 municípios, sendo que “49 possuem parte de seus territórios demarcados como Terra Indígena (TI), dentre os quais é possível destacar 10 municípios que possuem mais de 30% de seu território demarcado como TI”. (Delgado *et al.*, 2022, p.322)

Nesse sentido, na analogia entre o *bandeirante* e o imigrante que participou da *Marcha para o Oeste*, Vargas criou a imagem do pioneiro como bandeirante moderno e símbolo da grandeza da nação, que ressurgiu com força renovada nos governos militares. Sendo assim, o *espírito bandeirante* destacado na obra de Cassino Ricardo, a *Marcha para o Oeste*, foi aplaudido pelo governo Vargas, em 1940, e pelos governos militares, na década de 1970, de acordo com Guimarães Neto (2002). Ele serviu como fio condutor dos discursos oficiais de tais governos no processo de reocupação da região amazônica, que ocorreu, principalmente, por meio dos projetos de colonização.

Guimarães Neto (2002, p. 50), apresenta o *espírito bandeirante* como um fantasma que vagueia a história do Brasil e que foi incorporado às falas oficiais para dar ordem aos soldados da nação.

⁵ ISA. [Informação]. Povos Indígenas no Brasil. 2021. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt>>. Acesso em: 20/02/2021. BRASIL. FUNAI. [Informação]. Demarcação. Terra Indígena. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/demarcacao-de-terras-indigenas>>. Acesso em: 07/04/2021.

O fantasma do *espírito bandeirante* continua presente nas narrativas contemporâneas, no que se refere aos processos de colonização em Mato Grosso. Essa imagem fantasmagórica continua perpassando pela história de Mato Grosso e do Brasil embasada no discurso oficial da década de 1970, em que o moderno bandeirante, revestido de um caráter civilizatório, deveria ocupar os *espaços vazios*, levar o desenvolvimento econômico e o progresso ao interior dos espaços amazônicos. A ideia que já vinha no discurso de Vargas, *integrar os espaços vazios*, foi apoiada pelo regime militar e readaptada sob a condição de *integração e segurança nacional* no que se referia à reocupação da Amazônia.

A política de colonização recente no Brasil foi pautada no discurso oficial de *ocupar e modernizar*⁶ os ditos *espaços vazios* da fronteira agrícola por intermédio de empresas agropecuárias e de projetos de “colonização”, em sua maioria, conduzidos pelo capital privado, ao qual foi confiada a missão de levar o “progresso”⁷ ao Brasil. Portanto, os espaços amazônicos, deveriam ser incorporados ao mercado capitalista, tanto nacional, como internacional. (Oliveira, 2005). Com a Ditadura Militar (1964 a 1985) o governo investiu no discurso de unidade nacional e de um “Brasil Potência”, para justificar a aliança com o capital e o domínio de seu vasto território de forma manipuladora e autoritária. (Fialho; Trevisan, 2019). Nesse sentido, o Governo Federal utilizou a colonização como estratégia para a exploração econômica das terras na Amazônia e para a reocupação por novos agentes históricos, de forma dirigida e controlada para ocupar os espaços com pouca densidade populacional.

Logo, os projetos de colonização na Amazônia serviram de estratégia governamental para conter as tensões sociais e desmobilizar movimentos que reivindicavam a necessidade de uma reforma agrária. (Oliveira, 2005, p.72). De acordo com Barrozo (2014), a colonização em terras públicas na Amazônia foi denominada de reforma agrária pelo governo militar, fato que abortou a reforma agrária proposta pelos movimentos sociais ao longo das décadas de 1950 e 1960.

⁶ A palavra modernizar usada no discurso oficial dos governos militares estava, de certa forma, associada às políticas do Governo Vargas, no entanto, durante os governos militares, teve as suas especificidades. A partir de 1960, o Brasil propaga, por meio de seus governantes, profundas mudanças no setor agrícola e no meio rural cuja proposta principal era a modernização na agricultura, que assumiu duas dimensões: primeiro, a subordinação da atividade agrícola às exigências dos setores dominantes da indústria e do capital financeiro, que se traduziu, fundamentalmente, pela adoção de máquinas, equipamentos e insumos de origem industrial nos processos da produção agrícola; segundo, a ocupação das fronteiras agrícolas por grandes empresas, que se beneficiaram de políticas públicas de incentivo a essa expansão. Discutiremos, no decorrer da tese, as consequências dessas ações governamentais principalmente nas décadas de 1970 e início da década de 1980 e a relação delas com os projetos de colonização na Amazônia. WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. Revista de economia e sociologia rural, v. 52, p. 25-44, 2014.

⁷ Discurso ideológico utilizado pelos governos militares, na década de 1970, para incentivar a migração de diferentes agentes históricos para as áreas de colonização recente, na região amazônica. Contudo, subjacente a esse discurso estava a expansão e legitimação do capitalismo na Amazônia, camuflando as reais condições de vida da maioria da população, como problemas de saúde, educação, meio ambiente e trabalho, ofuscada pelo discurso ufanista do “progresso para todos”. SOUZA, Edison Antônio de. Sinop: História, Imagens e Relatos. Um estudo sobre a sua colonização. Cuiabá: EdUFMT, 2004, p. 44.

É importante ressaltar a significativa participação do poder público na atuação das colonizadoras privadas em Mato Grosso, que “[...] criou condições para a sua efetiva penetração e expansão no território mato-grossense, ou seja, em última instância, teve uma participação fundamental do poder público” (Souza, 2004, p. 81). Assim, com a proposta de oferecer terras mais extensas, *mais férteis* e por menor preço na fronteira, o Governo Federal favoreceu aos interesses da oligarquia rural, facilitando “[...] o aumento das dimensões de suas propriedades ao mesmo tempo em que, através de políticas fiscais, buscou a transformação dos latifúndios tradicionais em “modernas” empresas capitalistas voltadas para a produção de produtos de exportação” (Castro *et al*, 1994, p. 20).

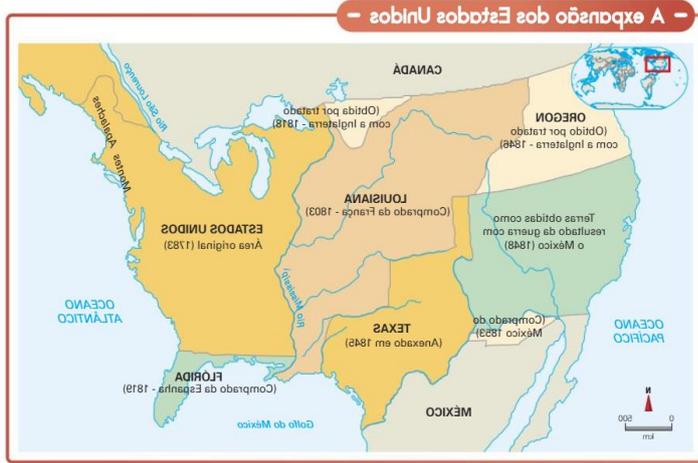
O empresário iria ocupar grandes extensões de terras na região amazônica e usufruir dos benefícios de créditos e incentivos fiscais disponibilizados pelo Governo Federal. Ficava clara a preferência dada ao capital privado para a execução dos projetos de colonização. O governo autoritário justificou e estimulou a colonização particular na Amazônia em nome do *progresso* e do *bem-estar social*. Ficaria o capital privado incumbido de desenvolver, de levar *progresso*, de *civilizar* os espaços amazônicos o qual contribuiria para o *engrandecimento da Pátria*, conforme discurso oficial do Governo.

DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento do projeto de intervenção foi realizado em 7 etapas e em cada uma, foi realizada uma avaliação direta com o objetivo de identificar as dificuldades durante o processo de ensino e aprendizagem.

1ª Etapa: Em sala de aula foi apontada por meio de mapas a localização dos Estados Unidos da América e sua *Marcha para o Oeste*, como expansão territorial no século XIX. Bem como a falta do conteúdo que relacionou a *Marcha para o Oeste* dos Estados Unidos no século XIX, a ocorrida no Brasil no século XX. Conforme figuras abaixo:

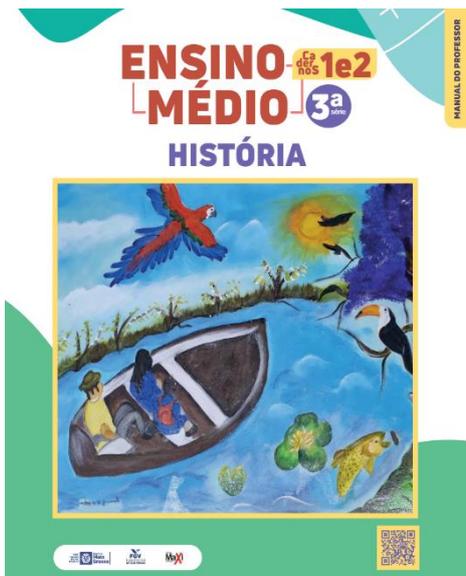
Figura 1 – A expansão dos Estados Unidos da América



Fonte: MACHADO, 2023.

Fonte: MACHADO, 2023.

Figura 2 – Livro Didático (Material Estruturado)



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação	
Maxi : Ensino médio : 3ª série : 1º semestre : História : Caderno do professor / obra coletiva. -- 1. ed. -- São Paulo : SOMOS Sistemas de Ensino, 2023. (Trajetórias - Formação Geral Básica)	
ISBN 978-65-6067-208-6	
1. História (Ensino médio)	CDD 907
23-5101	
Angélica Ilacqua – Bibliotecária – CRB-8/7057	
2023 1ª edição 1ª impressão De acordo com a BNCC.	
Impressão e acabamento	

Os Estados Unidos no século XIX

A expansão territorial

Na época de sua independência (1776), o território dos Estados Unidos estava limitado às Treze Colônias. No início do século XIX, motivado por interesses econômicos e pela instabilidade provocada pelas investidas militares napoleônicas que causaram instabilidade financeira em vários países europeus, como a Espanha, o país deu início a uma política de expansão territorial.

O governo estadunidense negociou territórios, como foi o caso da Flórida, vendida pelos espanhóis, e estimulou a ocupação de terras a oeste, em direção ao oceano Pacífico, reconhecendo a posse das terras conquistadas para aqueles que se aventurassem em áreas desconhecidas e as tornassem produtivas, por meio da lei *Homestead Act* (1862). O movimento de expansão ficou conhecido como "marcha para o Oeste".

O expansionismo foi justificado pela doutrina conhecida como "Destino Manifesto", por meio da qual parte significativa dos estadunidenses acreditava ser um povo destinado por Deus a construir uma grande nação com a expansão desse território até o oceano Pacífico.

Para garantir o povoamento, o governo estadunidense desenvolveu uma infraestrutura, responsabilizando-se pela integração comercial, com destaque para a abertura de estradas, a construção de ferrovias e instalação de cabos telegráficos.

Vá além

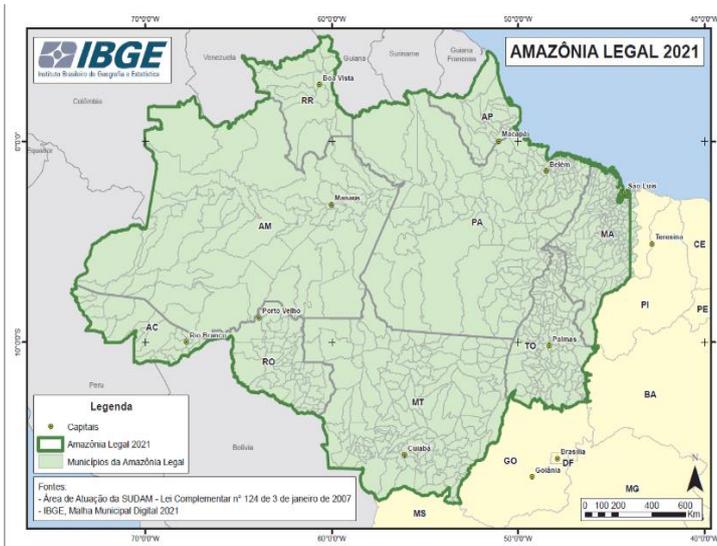
No Brasil, em 1850, era aprovada a Lei de Terras, que dificultava o acesso à terra para quem não pudesse pagar por ela. Dessa forma, enquanto os Estados Unidos favoreceram a entrada de imigrantes para a ocupação do território, o Brasil, na mesma época, dificultou o acesso à terra aos imigrantes, pois os queria como mão de obra para a lavoura cafeeira e ao mesmo tempo manter a concentração fundiária.

Esse processo colonizador custou milhões de vidas aos indígenas que habitavam as regiões atingidas e uma colossal devastação ambiental. Os colonos, por sua vez, lotavam as carroças em busca de terras.

Fonte: Arquivo da autora

2ª Etapa: Foi mostrado o mapa do espaço denominado Amazônia Legal, como palco da "Marcha para o Oeste" no Brasil no século XIX nos governos de Getúlio Vargas e dos Governo Militares.

Figura 3 – Mapa da configuração da Amazônia Legal



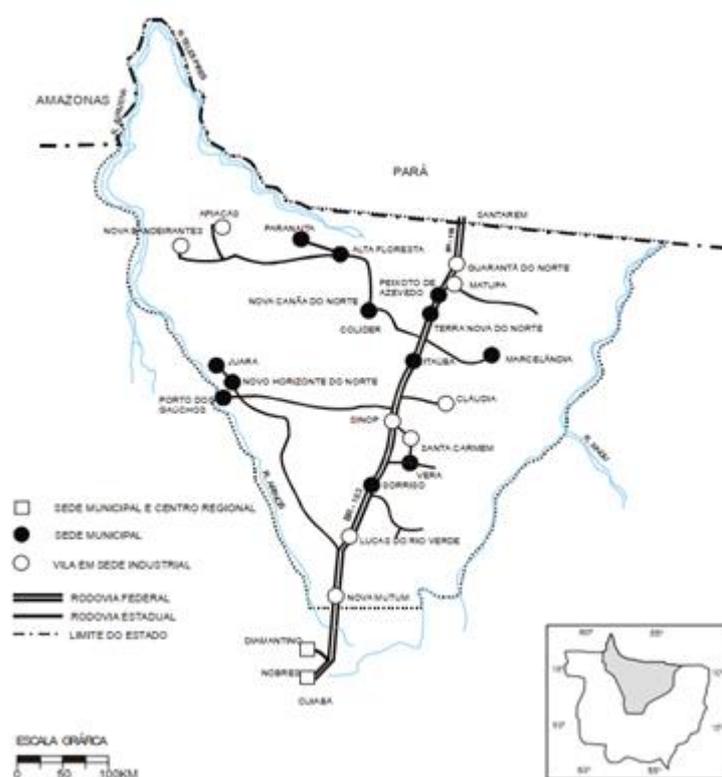
Fonte: IBGE/2021⁸

3ª Etapa: Foi apresentados vídeos sobre diferentes projetos de colonização na região Amazônia.

- Amazônia Revelada: Os descaminhos ao longo da BR-163.
- Os homens do Presidente.

4ª Etapa: Foi apresentado, por meio de mapa, a organização espacial no norte de Mato Grosso a partir da BR-163 e Projetos de colonização.

Figura 4 – Mapa espacial do Norte Mato-grossense – Área de influência da BR-163



Fonte: ARRUDA, 1997.

5ª Etapa: Foi apresentado aos estudantes, por meio de tabela, os diferentes programas Planos, Programas e funções do Governo Federal na de 1970 como incentivo para promover a reocupação da Amazônia Legal.

Tabela 1 – Programas de Governo Federal para incentivar a colonização

⁸ https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819_amazonialegal.html?=&t=acesso-ao-produto, acesso em 03 de setembro de 2022.

1970	PIN – Plano de Integração Nacional.	<ul style="list-style-type: none"> – Financiar obras de infraestrutura: construção de estradas e viabilizar a colonização às suas margens; – Integração das áreas amazônicas e nordestinas à nacional.
1971/78	PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste.	<ul style="list-style-type: none"> – Promover o acesso do homem à terra; – Criar condições de emprego da mão de obra no campo; – Fomentar as agroindústrias nas regiões de atuação da SUDAM e da SUDENE. – Produção de forrageiras, fibras, criação de animais e produção de alimentos. – Atender a projetos de colonização particular, empréstimos fundiários, financiamentos da agroindústria e assistência técnica à modernização das propriedades rurais, através do BASA e do Banco do Brasil.
1972/74	PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste.	<ul style="list-style-type: none"> – Integrar a Região Centro-Oeste as demais áreas consideradas desenvolvidas, colocando infraestrutura para atividades agropecuárias, abertura de estradas vicinais e saneamento básico. Estava em consonância com o I PND.
1974	POLAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e Agro minerais da Amazônia.	<ul style="list-style-type: none"> – Promover a ocupação de “espaços vazios” na Amazônia Legal; – Promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais, sob a coordenação do Ministério do Interior, em 15 áreas selecionadas na Amazônia Legal, apoio aos colonos, orientando aplicações dos investimentos em projetos de infraestrutura econômica e sociais, além de ordenar a ocupação espacial de acordo com a vocação e condições ecológicas regionais.
1975	POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados.	<ul style="list-style-type: none"> – Transformar os cerrados em área de expansão de frentes comerciais a partir do Centro-Oeste e Oeste de Minas Gerais. Sua meta era incorporar 3,7 milhões de hectares ao setor produtivo nas áreas de agricultura, pecuária e florestas. Suas ações preconizavam apoio à infraestrutura (armazenamento, estradas rurais, eletrificação e assistência técnica etc.)
Até 1987	POLONOROESTE - Programa Integrado de Desenvolvimento Rural do Noroeste do Brasil.	<ul style="list-style-type: none"> – Promover a adequada ocupação demográfica e econômica de pequenos produtores da região, favorecendo a redução das disparidades de desenvolvimento, assegurar a preservação do sistema ecológico e proteção das comunidades indígenas.

Fonte: SOUZA, 1999.

6ª Etapa: Foi apresentado aos estudantes, imagem de indígenas Kreen-akarôre pedindo esmola na BR-163 (1973), resultado de uma política de colonização que desconsiderou os povos indígenas locais.

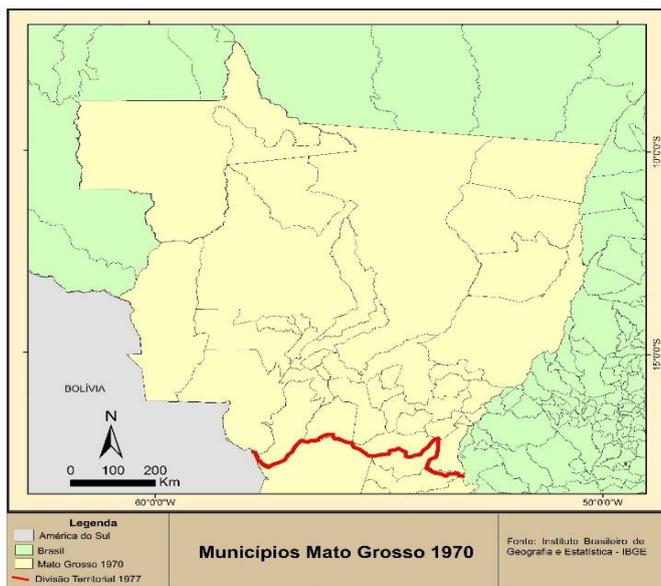
Figura 5 – Kreen-akarôre pedindo esmola na BR-163 (1973)



Fonte: SANTANA, 2010.

7ª Etapa: Foi apresentado aos estudantes, mapas de Mato Grosso e suas transformações ao longo das décadas de 1970, 1980 e início de 1990.

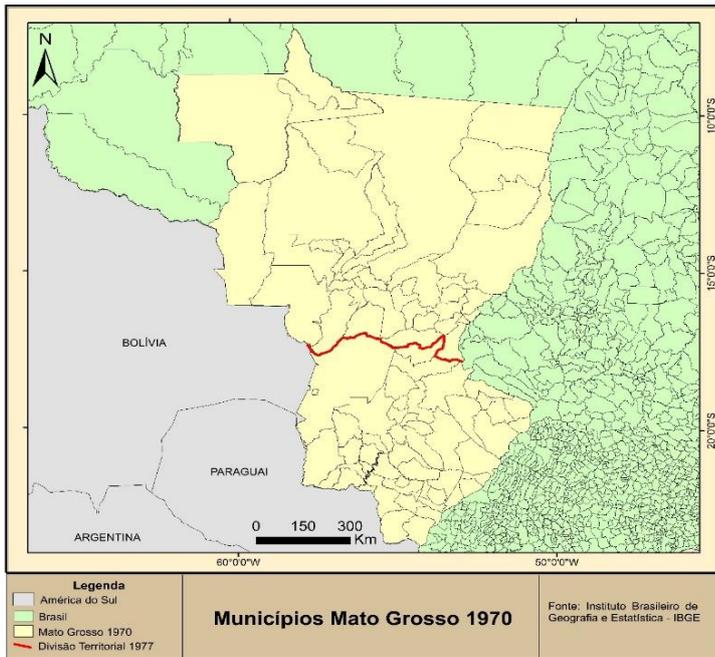
Figura 6 - Municípios de Mato Grosso na década de 1970



Fonte: NASCIMENTO⁹. Arquivo da autora, 2023.

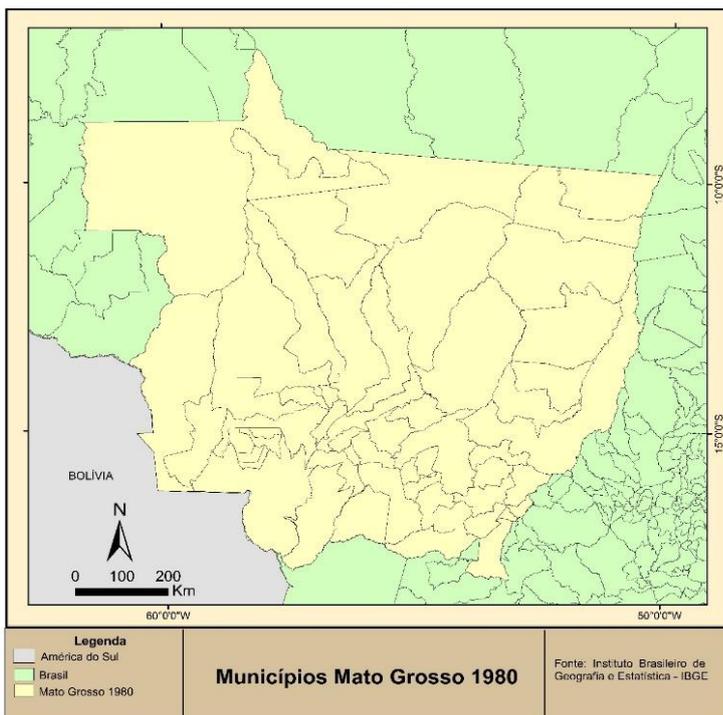
Figura 7 - Municípios de Mato Grosso na década de 1970

⁹ IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Municípios: 1970 [Adaptado]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10/04/2023.



Fonte: NASCIMENTO¹⁰. Arquivo da autora, 2023.

Figura 8 - Municípios de Mato Grosso na década de 1980

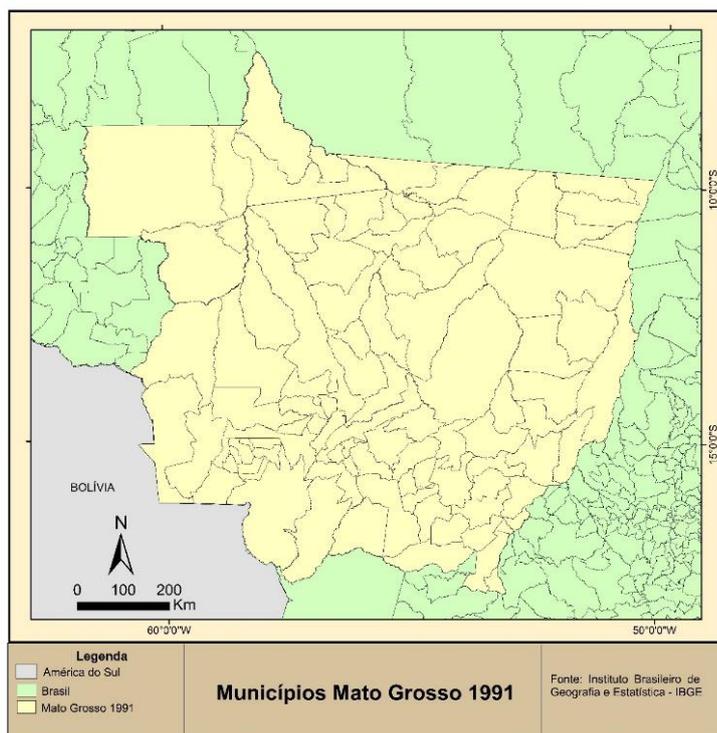


Fonte: NASCIMENTO¹¹, Arquivo da autora, 2023.

¹⁰ IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Municípios: 1970 [Adaptado]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10/04/2023.

¹¹ IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Municípios: 1970 [Adaptado]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10/04/2023.

Figura 9 - Municípios de Mato Grosso na década de 1990



Fonte: NASCIMENTO¹², Arquivo da autora, 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática pedagógica apresentada neste artigo revela a importância de uma abordagem comparativa e crítica no ensino da História, especialmente ao tratar de eventos com repercussões tanto no cenário nacional quanto internacional. *A Marcha para o Oeste*, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, serviu como um movimento de expansão territorial que teve profundas implicações sociais, culturais e econômicas. No Brasil, esse movimento foi instrumentalizado pelo governo, primeiramente sob Getúlio Vargas na década de 1940 e, posteriormente, pelos governos militares na década de 1970, como uma estratégia de colonização que desconsiderava as populações indígenas e tradicionais que já habitavam a Amazônia Legal.

A pesquisa identificou lacunas significativas no material didático utilizado no ensino médio, que aborda a *Marcha para o Oeste* nos Estados Unidos sem correlacionar de forma adequada com os eventos ocorridos no Brasil. A intervenção pedagógica proposta buscou preencher essas lacunas ao estabelecer conexões claras entre as duas *Marchas*, proporcionando aos alunos uma compreensão

¹² IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Municípios: 1970 [Adaptado]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10/04/2023.

mais ampla e interconectada dos processos históricos. A metodologia aplicada, que incluiu o uso de mapas, vídeos e a análise de projetos de colonização, permitiu aos estudantes uma visão crítica sobre as políticas expansionistas e suas consequências para a formação territorial e social do Brasil, com ênfase no estado de Mato Grosso.

Os resultados indicam que a *Marcha para o Oeste* no Brasil, tanto durante o governo de Getúlio Vargas quanto no período dos governos militares, foi significativamente influenciada pela *Marcha para o Oeste* ocorrida nos Estados Unidos. Em particular, o estado de Mato Grosso experimentou profundas transformações, incluindo a formação de inúmeras cidades, como consequência direta desse processo de colonização. Esses resultados demonstram que os estudantes foram capazes de compreender as similaridades e diferenças entre os processos de colonização nos dois países, além de identificar as motivações políticas e econômicas que impulsionaram essas iniciativas em cada contexto. A análise crítica dos materiais didáticos e o foco nas mudanças históricas e sociais resultantes desses movimentos ressaltam a necessidade urgente de uma atualização contínua dos conteúdos educacionais. Isso é essencial para assegurar que tais conteúdos reflitam de forma mais precisa as complexidades e interconexões dos eventos históricos, proporcionando aos alunos uma visão mais abrangente e contextualizada da história.

Conclui-se que a inclusão dessas perspectivas comparativas no ensino de História não apenas enriquece o aprendizado dos estudantes, mas também promove uma reflexão mais profunda sobre a formação da identidade nacional e os impactos das políticas de colonização no Brasil. Este artigo, portanto, contribui para o debate sobre a reformulação dos currículos escolares, incentivando uma educação mais contextualizada e comprometida com a compreensão crítica da história.

REFERÊNCIAS

BARROZO, João Carlos. **A colonização em Mato Grosso como “portão de escape” para a crise agrária no Rio Grande do Sul**. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica, v. 32, n. 2, 2014.

CASTRO, Sueli Pereira et al. **A colonização oficial em Mato Grosso: A nata e a borra da sociedade**. Cuiabá: EdUFMT, 1994.

DELGADO, Juliana Cristina da Rosa, JOANONI NETO, Vitale, IORIS, Antônio Augusto Rossotto (Orgs.). **Povos Indígenas no Brasil contemporâneo, riscos e desafios**. Compreendendo as vulnerabilidades e as múltiplas interações 1. ed. - Curitiba: Appris, 2022.

FIALHO, Átila Rezende; TREVISAN, Ricardo. Ocupar, colonizar, urbanizar a Amazônia Legal (1970-80): ações oficiais e privadas na criação de núcleos urbanos. In: **Anais XVIII - ENANPUR**, Natal, 2019.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: ed. 1982.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A lenda do ouro verde:** política de colonização no Brasil contemporâneo. Cuiabá: UNICEN, 2002. 2002.

JOANONI NETO, Vitale e GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A Amazônia e a política de Integração Nacional:** o discurso da modernização entre o passado e o presente. *Diálogos Latino-americanos*, v. 26, p. 144-156, 2017.

KNAUSS, Paulo. **Oeste americano:** quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner. Niterói: EdUFF, 2004.

MACHADO, Bárbara Tostes Maxi. **Ensino Médio 3ª série História:** Caderno do Professor. 1ª Ed. São Paulo. SOMOS Sistema de Ensino 2023.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira:** a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MUSUMECI, Leonarda. **O mito da terra liberta.** São Paulo: Vértice, 1988.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Amazônia revelada:** os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: CNPq, 2005.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para o Oeste.** 2Vols. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1970.

SOUZA, Edison Antônio de. Sinop: História, Imagens e Relatos. Um estudo sobre a sua colonização. Cuiabá: EdUFMT, 2004.